

DIREITO

Data: 01/12/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, informe para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
 - *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **02/12/2019**.
11. O prazo para interposição de recursos do gabarito preliminar, disporá de 2 (dois) dias (03/12/2019 a 04/12/2019), devendo ser preenchido o formulário que consta no anexo III do edital e encaminhado ao endereço eletrônico recursodpupi@ciee.org.br.
12. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
13. Serão elaboradas listas de classificação, em ordem decrescente de pontos obtidos.
14. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
15. O resultado definitivo será divulgado no dia **06/02/2020**, para os estudantes de nível superior, no sítio do CIEE na internet.
16. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, a contar da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, a critério da DPU-PI, por igual período.
17. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.

Boa Prova!

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Na Teoria Geral do Processo, estuda-se os alicerces do sistema processual, disposições fundamentais as quais chamamos de Princípios Constitucionais do Processo. A doutrina majoritária afirma que tais princípios estão presentes no artigo 5º da Constituição Federal, e, dentre inúmeros princípios, destacam-se o Princípio do Devido Processo Legal e o Princípio da Isonomia. Sobre esses dois princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O Devido Processo Legal permite alegar e provar fatos, exercendo o contraditório, enquanto a Isonomia, por exemplo, garante a não utilização de provas obtidas por meios ilícitos.
- (B) O Princípio do Devido Processo Legal assegura que toda pessoa natural só será processada e sentenciada senão pela autoridade competente.
- (C) Aplica-se o Princípio da Isonomia para garantir que os litigantes recebam idêntico tratamento pelo juiz, gozando das mesmas faculdades e oportunidades processuais oferecidas. Já o Princípio do Devido Processo Legal garante a inviolabilidade da defesa em juízo.
- (D) O Princípio da Isonomia determina que todos os atos processuais devem ser informados às partes igualitariamente.

2. A competência legítima o exercício de jurisdição conferida aos órgãos jurisdicionais. Assinale a alternativa que indica três critérios objetivos para determinação da competência.

- (A) Em razão da matéria, do valor da causa e da qualidade das partes.
- (B) Em razão do domicílio das partes, da função do órgão e do valor da causa.
- (C) Em razão da fase do procedimento, pelo território e pela natureza da ação.
- (D) Em razão da situação do objeto processual, do domicílio das partes e da qualidade das partes.

3. O Código de Processo Civil prevê modalidades de assistência e intervenção de terceiros, concedendo à pessoa que não participa da relação jurídica a possibilidade de atuar ou ser convocada a atuar na defesa de interesses jurídicos próprios. Sobre o tema, assinale a alternativa que **NÃO** traz o exato conceito da modalidade indicada na alternativa.

- (A) O *Amicus Curiae* é modalidade de intervenção híbrida, pois poderá ser espontânea e/ou provocada. O objetivo do *Amicus Curiae* é trazer maiores subsídios para a decisão judicial.
- (B) Ocorre a Denúncia da Lide quando um terceiro estiver obrigado, por lei ou contrato, a indenizar o prejuízo da parte vencida no processo, em ação regressiva.
- (C) Sendo uma hipótese de intervenção provocada, a Assistência permite que o terceiro auxilie apenas o réu na defesa contra o autor, em uma causa que tenha interesse jurídico.
- (D) O Chamamento ao Processo é modalidade de intervenção provocada e ocorre quando o réu convoca o terceiro para ingressar no polo passivo da demanda, por ser afiançado, fiador ou devedor solidário.

4. Os recursos são os remédios voluntários para reformar, invalidar, esclarecer ou a integrar decisões judiciais, provocando um reexame da decisão. Abaixo estão afirmações sobre as espécies de recursos.

- I. Para decisões proferidas pelos tribunais de segunda instância cabem, apenas, os Recursos Especiais e Recursos Extraordinários.
- II. É obrigatória a apresentação pelo agravante, nos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
- III. São cabíveis Embargos de Declaração para corrigir erro material da decisão.

IV. Poderá ser interposto Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versar sobre exclusão do litisconsorte.

V. Serão interpostos Embargos de Divergências somente contra acórdãos proferidos em Recurso Extraordinário.

As proposições corretas são, somente,

- (A) II e V.
(B) I, III e V.
(C) I, II e IV.
(D) III e IV.

5. Tanto a suspensão quanto a extinção processual trazem efeitos processuais, mas diferem-se quanto à consequência. Enquanto a extinção encerra a lide, a suspensão interrompe os atos processuais por determinado prazo. Abaixo estão indicadas, na coluna da esquerda, hipóteses de situações processuais. Correlacione as colunas e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

		Hipótese	
1.	Extinção do Processo	()	Réu falecido durante a demanda, sendo a ação considerada transmissível.
		()	Falta de interesse processual pelo autor da demanda.
2.	Suspensão do Processo	()	Abandono da causa pelo autor por mais de 30 dias.
		()	Reconhecimento pelo juiz de litispendência.
		()	Ocorrer arguição de suspeição do juiz.

- (A) 2 / 1 / 1 / 1 / 2
(B) 1 / 1 / 2 / 2 / 2
(C) 1 / 1 / 1 / 2 / 2
(D) 2 / 2 / 1 / 1 / 1

DIREITO CIVIL

6. O Código Civil dispõe sobre a personalidade e capacidade da pessoa natural. Em suma, a personalidade é adquirida com o nascimento com vida, sendo, portanto, um valor. Já a capacidade é a projeção desse valor, ou seja, para alguns a capacidade é plena e para outros é limitada. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes para exercer atos da vida civil.
(B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
(C) A existência da personalidade termina com a morte, salvo se esta for presumida, hipótese pela qual perdurará a personalidade até a certeza da morte do ausente.
(D) A colação de grau em curso de ensino superior ou o casamento são hipóteses que cessam a incapacidade absoluta dos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

7. Em regra, considera-se bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente e bens móveis os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade e os bens que existem sobre si, abstrata ou concretamente, são classificados, respectivamente, de

- (A) divisíveis e singulares.
(B) fungíveis e principais.
(C) consumíveis e coletivos.
(D) indivisíveis e fungíveis.

8. A manifestação de vontade, agente capaz, objeto lícito, possível determinado ou determinável e forma prescrita ou não

defesa em lei são requisitos essenciais para a validade do negócio jurídico. Contudo, quando a declaração de vontade emanar de vício de consentimento, o negócio jurídico é anulável. Acerca do dolo e do erro, assinale a alternativa correta.

- (A) O erro substancial ocorre quando indivíduo, sendo pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio e indução a erro por terceiro, declara vontade diversa daquela que declararia se tivesse compreendido de maneira correta.
- (B) O dolo poderá ser accidental ou substancial, e é conceituado como um artifício ardiloso para enganar alguém a realizar um negócio jurídico, que será nulo de pleno direito.
- (C) A indicação errônea da pessoa ou da coisa vicia o negócio jurídico, por seu contexto e pelas circunstâncias, sendo anulável em qualquer hipótese.
- (D) No dolo accidental, o negócio jurídico seria realizado, embora por outro modo, de maneira que só obriga à satisfação das perdas e danos.

9. Sabe-se que a prescrição é a extinção da pretensão à prestação devida, por inércia do titular do direito no prazo legal, ou seja, apesar de não ser mais exigível, a prestação pode ser cumprida espontaneamente. Já a decadência é a perda efetiva de um direito, pelo seu não exercício no prazo estipulado. Assinale a alternativa correta sobre o que dispõe o Código Civil em relação ao tema.

- (A) Em regra geral, a prescrição ocorre em dez anos, contudo, prescreve em cinco anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (B) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, e somente poderá ocorrer uma vez.
- (C) As partes podem renunciar, por convenção e homologação judicial, à decadência fixada em lei.

(D) A decadência, quando estabelecida por lei, será reconhecida pelo juiz apenas após requerimento pela parte.

10. O direito real de garantia ocorre quando determinada coisa do devedor fica vinculada como garantia da dívida, assegurando a satisfação do crédito, caso ocorra o inadimplemento. São tidos como garantias reais o penhor, a hipoteca e a anticrese. É correto afirmar, em relação à garantia real que

- (A) a coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos; mas cada um pode individualmente dar em garantia real a parte que tiver.
- (B) o direito real é gerado e o negócio terá sempre eficácia caso falte, porventura, nos contratos de penhor, o prazo fixado para pagamento.
- (C) na anticrese, o credor usufrui de frutos do bem imóvel, a fim de amortizar a dívida, contudo não assume a posse do bem.
- (D) é permitido ao credor ficar com a coisa sobre a qual recai a garantia, como meio de satisfazer o seu crédito, mesmo com a discordância do devedor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Para que a Administração Pública possa desempenhar suas funções, utiliza-se dos Poderes Administrativos como instrumentos de trabalho para atender o interesse público. São espécies de Poderes Administrativos o Poder Normativo, o Hierárquico, o Disciplinar e o de Polícia. Assinale a alternativa correta acerca dos Poderes Administrativos citados.

- (A) O Poder de Polícia confere ao administrador público o poder de punir internamente às condutas dos servidores, aplicando penalidades às infrações funcionais.

(B) Quando ocorre a punição aos particulares e aos próprios servidores em razão do escalonamento das funções da Administração Pública, aplica-se o Poder Hierárquico. (C) Quando a Administração Pública expede atos para complementar e/ou explicitar a lei, buscando sua fiel execução, exerce o Poder Normativo. (D) O poder para condicionar, restringir o uso e o gozo de bens e atividades individuais, por parte da Administração Pública, é chamado de Poder Disciplinar.	chamados de atos administrativos _____. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do trecho acima. (A) ordinários / punitivos (B) punitivos / enunciativos (C) normativos / ordinatórios (D) negociais / normativos
12. A Constituição Federal reza que entes federativos instituirão regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta. (A) O procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa, é hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável. (B) Será exonerado o servidor público que tiver seu cargo extinto ou declarada sua desnecessidade. (C) Os requisitos para investidura do cargo público não serão observados para fixar os padrões de vencimento dos servidores. (D) Ficarão estáveis os servidores após cinco anos de efetivo exercício.	14. São constitucionalmente reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Ademais, compete à União demarcar, proteger e fazer respeitar os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam os índios. Assinale a alternativa correta sobre o conteúdo. (A) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, mesmo em situações de catástrofes. (B) Em demandas judiciais ingressadas pelos índios para definir situações conflituosas sobre as terras, será facultativa a intervenção do Ministério Público. (C) Prescreve o direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, tendo em vista a inércia da pretensão jurídica. (D) As terras necessárias à reprodução física e cultural dos índios, segundo seus usos, costumes e tradições, serão consideradas terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.
13. A Administração Pública manifesta sua vontade, unilateralmente, por meio dos atos administrativos, que se diferem dos atos legislativos e dos judiciais por seu conteúdo, natureza, forma e atribuições. Dentre as várias espécies de atos administrativos, existem aqueles que contêm comando, emanando atos gerais e abstratos, visando a correta aplicação da lei, chamados de atos administrativos _____ e aqueles atos internos, direcionados aos próprios servidores, que visam disciplinar o funcionamento de órgãos e a conduta de agentes públicos,	DIREITO CONSTITUCIONAL 15. O Poder Constituinte é classificado pela doutrina em poder constituinte originário e poder constituinte derivado. Assinale a alternativa INCORRETA acerca das características das supracitadas classificações. (A) O Poder Constituinte Derivado é o poder já estabelecido na própria Constituição, que está inserido com o

objetivo de legitimar a sua alteração quando necessária.

- (B) A principal característica do poder constituinte originário é a autonomia, além de ser limitado e condicionado.
- (C) O poder constituinte originário não pode ser considerado permanente, pois se esgota com a realização da nova Constituição.
- (D) O poder constituinte derivado poderá ser decorrente, pois possibilita a alteração no texto constitucional.

16. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Nos primeiros artigos da Constituição Federal, são elencados os fundamentos, os objetivos fundamentais e os princípios norteadores das relações internacionais. Sobre o tema, analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A Igualdade entre os Estados é um dos objetivos fundamentais da República, já que a União deve tratar igualmente, nos termos da lei, os estados e o Distrito Federal.
- () A soberania, a cidadania e o pluralismo político são fundamentos da República.
- () Dentre os objetivos da República, elencados na Constituição, estão a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- () A independência nacional é um dos princípios que rege a República nas suas relações internacionais.

- (A) V / V / F / V
- (B) F / V / V / V
- (C) F / V / V / F
- (D) V / F / V / F

17. A Constituição Federal traz hipóteses que caracterizam a nacionalidade, distinguindo os brasileiros natos e os que são naturalizados. Por exemplo, a Carta

magna dispõe que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa correta sobre o que dispõe a Constituição Federal a respeito da nacionalidade.

- (A) Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República são os únicos privativos de brasileiros natos.
- (B) Os portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão considerados brasileiros natos.
- (C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, são considerados brasileiros naturalizados
- (D) Caso a naturalização tiver sido cancelada, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro.

18. Acerca das disposições gerais do Poder Judiciário, explicitadas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Judiciário, apesar de possuir autonomia administrativa, não possui autonomia financeira, pois depende financeiramente dos outros poderes da União.
- (B) É vedado aos juízes dedicar-se à atividade político-partidária.
- (C) A vitaliciedade é uma das garantias dos juízes, e é adquirida após o juiz tomar posse do cargo.
- (D) Compete ao Poder Executivo a criação ou extinção dos tribunais inferiores ao Supremo Tribunal Federal.

19. A verificação da conformidade de um ato em relação à Constituição é feita por meio das ações de controle de constitucionalidade, previstas na

Constituição Federal. Uma dessas ações, tida como ação do controle concentrado, destina-se a combater o desrespeito aos conteúdos mais importantes da Constituição, praticados por atos normativos ou não normativos, quando não houver outro meio eficaz. Assinale a alternativa que indica a ação inserida no enunciado.

- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADIn).
- (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADIn Interventiva).
- (C) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- (D) Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECON).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

20. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Ademais, a seguridade social é orientada por princípios. Assinale a alternativa correta sobre os princípios da seguridade social e os respectivos significados.

- (A) O Princípio da Solidariedade assegura que toda a sociedade, juntamente com o Estado, participa do financiamento da seguridade social, seja de forma direta ou de forma indireta.
- (B) O Princípio da Universalidade da Cobertura e do Atendimento leva em consideração as necessidades de maior abrangência social que merecem cobertura da seguridade social.
- (C) Pelo Princípio da Seletividade, aplica-se como objetivo atender todas as contingências sociais que coloquem as pessoas em Estado de necessidade, ou seja, deve garantir cobertura aos eventos e fatos que afligem as pessoas.

(D) O Princípio da Distributividade assegura que as prestações da seguridade social serão idênticas para toda população, independentemente do local de residência e trabalho.

21. A legislação afirma que os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados, sendo obrigatórios ou facultativos, e dependentes. Assinale a alternativa que **NÃO** traz exemplo de beneficiário dependente do segurado, do Regime Geral de Previdência Social.

- (A) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (B) Os pais.
- (C) O cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado que exerça pesca artesanal como principal meio de vida, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.
- (D) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

22. Chamamos de Benefícios Previdenciários as importâncias pagas pela Previdência Social aos segurados ou aos seus dependentes. Assinale a alternativa que traz um benefício ao dependente do segurado.

- (A) Salário-família.
- (B) Auxílio-acidente.
- (C) Aposentadoria especial.
- (D) Auxílio-reclusão.

23. O cidadão que possuir um benefício ativo, e tiver direito a outro benefício da Seguridade Social, após o requerimento, poderá cumular benefícios. Contudo, de

acordo com a legislação em vigor, alguns benefícios são inacumuláveis. Assinale a alternativa que indica um exemplo de proibição legal de cumulação de benefícios.

- (A) Aposentadoria com auxílio-doença.
- (B) Pensão por morte e aposentadoria por idade ou tempo de contribuição.
- (C) Auxílio-doença com auxílio-acidente, mesmo se o fato gerador for diverso.
- (D) Aposentadoria e salário-família.

24. De acordo com o art. 89, *caput*, da Lei 8.213/1991, a habilitação e a reabilitação têm por finalidade preparar o beneficiário para o ingresso ou reingresso ao trabalho. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos da Previdência Social não poderão fornecer aparelho de prótese como forma de reabilitação profissional, mas poderão providenciar o transporte do beneficiário ao trabalho.
- (B) A empresa com 50 (cinquenta) ou mais empregados está obrigada a preencher 10% (dez por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.
- (C) Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.
- (D) Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual indicando que o beneficiário só poderá exercer a atividade específica do processo, impedindo-o de realizar qualquer outra.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

25. As disposições sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais estão contidas na Lei 9.099/1995.

- I. O Juizado Especial Cível tem competência para as causas cujo

valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

- II. É competente o Juizado do foro do domicílio do réu nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- III. Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo se massa falida for, serão admitidos a propor ação perante o Juizado Especial.
- IV. Não se fará citação por edital nas ações do Juizado Especial.

Sobre referida lei, estão corretas apenas:

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.

26. Incumbe à Defensoria Pública a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Acerca dos membros da Defensoria Pública dos Estados, assinale a alternativa correta.

- (A) Um dos deveres dos membros da Defensoria Pública dos Estados é residir na localidade onde exercem suas funções, na forma do que dispuser a lei estadual.
- (B) É permitido ao Defensor Público Estadual exercer suas funções em processo em que seja parte ou interessado.
- (C) É vedado ao defensor estadual exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, mesmo na forma de acionista.
- (D) Para representar qualquer parte, em qualquer demanda, é obrigatório a confecção e assinatura de mandato procuratório.

27. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade. Sobre a responsabilidade

por vício do produto, assinale a alternativa correta.

- (A) O consumidor poderá exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, caso o vício não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- (B) O fornecedor só será exonerado da obrigação de indenizar pelo vício do produto caso exista estipulação contratual com o consumidor.
- (C) O fornecedor imediato será responsável perante o consumidor de produtos *in natura*, mesmo se identificado claramente o produtor.
- (D) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

DIREITOS HUMANOS

28. Sobre o caráter histórico dos direitos humanos, o incidente de deslocamento de competência (IDC) e os casos julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos envolvendo o Brasil, assinale a única alternativa correta.

- (A) Segundo André de Carvalho Ramos, as Revoluções Americana, Inglesa e Francesa, com suas respectivas Declarações de Direitos, marcam a primeira afirmação histórica clara dos direitos humanos.
- (B) O IDC 01, relativo às investigações quanto ao assassinato da missionária Dorothy Stang, foi julgado procedente pelo STJ, tendo havido a federalização das investigações e posterior processo judicial.
- (C) No caso “Meninos Emascarados do Maranhão”, em razão da ausência de cumprimento, por parte do Brasil, dos dois informes editados pela Comissão Internacional de Direitos Humanos (Comissão IDH), houve envio do caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

- (D) No caso Fazenda Brasil Verde x Brasil, houve condenação do país em razão de exploração de trabalho análogo à escravidão, com a imposição de medidas que possibilitem a redução dessa forma de trabalho, a exemplo da ampliação da automação do trabalho no campo.

29. Sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), assinale a única alternativa correta.

- (A) A CADH não veda a pena de morte nos países que não a houverem abolido; entretanto, veda seu restabelecimento.
- (B) A CADH prevê que, caso o advogado de confiança contratado por réu em processo penal não atenda a intimação judicial, deve o magistrado sem demora remeter os autos a defensor proporcionado pelo Estado, independente de intimação pessoal prévia do acusado para constituir novo advogado, uma vez que a defesa técnica é indisponível no processo penal.
- (C) A CADH autoriza a suspensão de garantias em situações excepcionais, tais como guerra ou perigo público. Entretanto, excepciona alguns direitos que não podem ser objeto de suspensão, tais como: direito à vida, proibição de escravidão, liberdade de pensamento e expressão.
- (D) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos possui a prerrogativa do direito automático de visitar e inspecionar in loco o território brasileiro em caso de denúncias de violações de direitos humanos.

30. Não é característica dos Direitos Humanos:

- (A) Concorrência
- (B) Efetividade
- (C) Soberania
- (D) Irrenunciabilidade

DIREITO PENAL

31. Assinale a única alternativa que representa a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- (A) Para fins de reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, é possível a redução do prazo prescricional prevista no art. 115 do Código Penal na hipótese em que o réu completou 70 anos após a sentença condenatória mas antes do acórdão.
- (B) A prática da conduta prevista no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 (porte de droga para uso próprio) configura crime apto a gerar reincidência.
- (C) Não se aplica a súmula vinculante 24 do STF (Súmula vinculante 24-STF: Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo) a crimes cometidos anteriormente à sua edição.
- (D) Eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente.

32. A respeito do crime no Código Penal, assinale a única alternativa incorreta.

- (A) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (B) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.

(C) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

(D) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

33. Assinale a única alternativa que representa a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal (STF):

- (A) A causa de aumento prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal (aumento de pena caso o funcionário público ocupe cargo em comissão ou função de direção ou assessoramento) não pode ser aplicada aos dirigentes de autarquias.
- (B) Admite-se a fixação automática do regime fechado ou semiaberto ao delito de tráfico privilegiado de drogas sob fundamento de que se trata de tráfico de drogas, crime que merece maior reprimenda da sociedade.
- (C) A conduta do Prefeito que utiliza verbas oriundas do Fundo Nacional de Saúde (vinculadas a determinado programa de saúde) para o pagamento de débitos da Secretaria Municipal de Saúde junto ao instituto de previdência do Município configura o delito previsto no inciso I do art. 1º do DL 201/67 (apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio), e não o previsto no inciso III (desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas).
- (D) A reincidência impede, por si só, que o juiz da causa reconheça a insignificância penal da conduta, à luz dos elementos do caso concreto.

34. Sobre as penas no Código Penal, assinale a alternativa livre de erros.

- (A) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), deverá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto
- (B) O trabalho do preso poderá ser remunerado, caso em que serão garantidos os benefícios da Previdência Social.
- (C) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- (D) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de um ano de detenção ou reclusão.

35. A respeito da suspensão condicional da pena, assinale a alternativa correta.

- (A) No primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana, podendo haver a substituição dessa exigência em situações previstas na lei, a critério do juiz.
- (B) A suspensão condicional da pena aplica-se à execução da pena restritiva de direitos, não superior a 2 (dois) anos, que poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
- (C) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário é condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso ou culposo
- (D) Expirado o prazo sem que tenha havido revogação, considera-se extinta a punibilidade, não gerando reincidência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Assinale a única alternativa que representa a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- (A) Não é possível a deflagração de investigação criminal com base em matéria jornalística
- (B) É lícita a revista pessoal realizada por agente de segurança privada e todas as provas decorrentes desta.
- (C) O STJ é incompetente para julgar crime praticado durante mandato anterior de Governador, ainda que atualmente ocupe referido cargo por força de nova eleição não consecutiva.
- (D) Para a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecente, basta a admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

37. A respeito da competência no processo penal, assinale a única alternativa correta.

- (A) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- (B) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- (C) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela continência.
- (D) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo se for conhecido o lugar da infração.

38. Assinale a única alternativa que representa a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal (STF):

- (A) Há nulidade processual por ausência de defesa técnica para o ato se o advogado de um réu, devidamente intimado para o interrogatório dos demais corréus, decide não comparecer.
- (B) Caso, no processo judicial, haja réus colaboradores, não configura nulidade o oferecimento de memoriais escritos de réus colaboradores de forma simultânea ao dos réus delatados.
- (C) Em regra, compete à Justiça Federal julgar o crime praticado por brasileiro no exterior e que lá não foi julgado em razão de o agente ter fugido para o Brasil, tendo o nosso país negado a extradição para o Estado estrangeiro.
- (D) O acordo de colaboração premiada constitui-se em um negócio jurídico processual personalíssimo, cuja conveniência e oportunidade estão submetidos à discricionariedade regradada do Ministério Público e não se submetem ao escrutínio do Estado-juiz.

39. Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (B) Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das finalidades previstas no CPP.
- (C) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

(D) As cartas particulares, interceptadas ou obtidas por meios criminosos, não serão admitidas em juízo.

40. Sobre a lei de organizações criminosas, assinale a alternativa correta.

- (A) Quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa incorre nas penas previstas ao crime de organização criminosa, reduzida de um a dois terços.
- (B) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, deverá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração.
- (C) O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 1/3 (um terço) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos resultados previstos na lei.
- (D) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.